

<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n50p6>

**“CHEGA” DA VIOLÊNCIA DE DESTRUIÇÃO
DO ESTADO, CHEGA DO “APAGAMENTO”
DOS DIREITOS SOCIAIS E DA CIDADANIA!
“VAMOS À LUTA”!**

*Chega! Que mundo é esse, eu me pergunto
Chega! Quero sorrir, mudar de assunto
Falar de coisa boa, mas na minha alma ecoa
Agora um grito eu acredito que você vai gritar junto
Chega! Vida de gado, resignado
Chega! Vida de escravo de condenado
A corda no pescoço do patrão e do empregado
Quem trabalha honestamente tá sempre sendo roubado*

*Presidente, deputados, senadores, prefeitos
Governadores, secretários, vereadores, juízes
Procuradores, promotores, delegados, inspetores
Diretores, um recado pras senhoras e os senhores
Eu pago por tudo isso, imposto sobre o serviço
A taxa sobre o produto, eu pago no meu tributo
Pago pra andar na rua, pago pra entrar em casa
Pago pra não entrar no SPC e no Serasa
Pago estacionamento, taxa de licenciamento
Taxa de funcionamento liberação e alvará
Passagem, bagagem, pesagem, postagem
Imposto sobre importação e exportação, Iptu, Ipva
O Ir, o Fgts, o Inss, o Iof, o Ipi, o Pis, o Cofins e o Pasep
A construção do estádio, o operário e o cimento
Eu pago o caveirão, a gasolina e o armamento
A comida do presídio, o colchão incendiado
Eu pago o subsídio absurdo dos deputados
A esmola dos professores, a escola sucateada
O pão de cada merenda, eu pago o chão da estrada*

*A compra de cada poste eu pago a urna eletrônica
E cada árvore morta na nossa selva amazônica
Eu pago a conta do Sus e cada medicamento
A maca que leva os mortos na falta de atendimento
Paguei ontem, pago hoje e amanhã vou pagar
Me respeita! Eu sou o dono desse lugar!*

(Trecho do Rap de Gabriel o Pensador "Chega!")

Nas edições anteriores dessa revista, temos sido bastante críticos em relação ao processo golpista neoconservador e neoliberal liderado pelo atual presidente ilegítimo michel temer. O processo de destruição da democracia brasileira foi consolidado pelo impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, que instaurou um demolidor Estado de Exceção e um Estado Mínimo. Desde as manifestações de 2013, culminando com as eleições de 2014, a maioria do Congresso Nacional e Senado, mancomunados com a mídia burguesa, vem trabalhando e reproduzindo, diuturnamente, para a consolidação do ideário ideológico neoliberal. Os estragos estão postos e, por isso, temos o dever de incentivar a luta e a resistência contra esse governo, que pode ser considerado como um dos maiores inimigos que a classe trabalhadora brasileira já teve; assemelhando-se de maneira insofismável à Ditadura Militar.

Vale destacar que o golpe trouxe um corolário de barbáries e violências, que se consubstanciam com o que já evidenciamos em outros editoriais – a cultura do ódio que, por sua vez, caracteriza-se pela intolerância e “ódio à democracia” ou ódio de classe, gênero, raça/etnia, geração e outros, cujo início se dá em junho de 2013 e agudiza em 2016. Todo esse processo imposto pela antipolítica vem acompanhado de “fascismo e exceção”, reproduzindo, cotidianamente, repressões, ilegalidades e provocando, assim, as “águas turvas” das tramas e das inseguranças sociais, políticas e jurídicas desde a derrubada da Presidenta Dilma¹.

Toda essa trama fascista veio acompanhada com o golpe, ganhando contornos visíveis e insofismáveis nos atropelos e desrespeito às leis e à Constituição de 1988. O quadro de violência e destruição da democracia pode ser acompanhado na “mídia golpista”, principalmente Rede Globo de Televisão e nas redes sociais. Nas mídias, pode-se perceber, também nitidamente, o espetáculo dantesco, caracterizado pelas vistas grossas que o judiciário tem feito às ações como invasões de reuniões de partidos, da escola do MST, das escolas ocupadas por estudantes. Tudo isso é conspirado a partir da autorização judicial para técnicas de tortura, ou mesmo na impunidade de juízes e policiais que se igualam a contraventores e criminosos na sanha quase messiânica – e falso moralista! – do combate à corrupção e ao crime.

Essas atitudes violentas, engendradas pela simbiose entre conservadorismo e neoliberalismo, podem ser abstraídas como formas de “violência sistêmica” e “violência

1 REVISTA CAROS AMIGOS, Ano XIX/no. 238, jan. 2017.

objetiva”, ou seja, da “violência inerente a um sistema: não só da violência física, mas também das formas mais sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e exploração, incluindo a ameaça de violência”. Trata-se de uma forma de violência real, cujos pressupostos se sustentam a partir da lógica do capital e suas destruições (degradação ecológica, pobreza, direitos dos trabalhadores, entre outras).

Nessa mesma perspectiva, podemos dizer que a violência contra os povos indígenas, o meio ambiente, os negros, mulheres e trabalhadores em geral possui em seu bojo um poder, que se consubstancia a partir das “produções simbólicas como instrumento de dominação”², que se traduzem em poder simbólico e, conseqüentemente, da violência simbólica como forma de dominação pela classe dominante. Esse processo se dá como uma forma de imposição e coação, que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada (econômica, social ou simbólica). A violência simbólica pode ser considerada como o meio de exercício do poder simbólico, como instrumento de dominação pela classe dominante, que opera com a possibilidade de as crenças dominantes imporem valores, hábitos e comportamentos sem recorrer necessariamente à agressão física, criando situações onde o indivíduo que sofre a violência simbólica sinte-se inferiorizado³.

Esse tipo de violência, fundamentada na pauta ultraneoliberal de temer e seu bando de corruptos, prioriza na prática o capitalismo neoliberal, cuja lógica de mercado privilegia os mais ricos (banqueiros, empresários, ruralistas, religiosos evangélicos e outros) em detrimento dos direitos da classe trabalhadora historicamente empobrecida desde a violência da escravidão no Brasil. Sendo assim, vale destacar que o capitalismo (neoliberalismo), “pode ser visto como uma imensa e complexa fábrica, influenciando direta e indiretamente as condições de vida e as perspectivas de indivíduos e coletividades, povos e nações em todo o mundo”. De fato, trata-se de uma fábrica que, “como toda fábrica, literal e metaforicamente, gerenciada por poucos, em benefício de alguns e em prejuízo de muito. Suas realizações revelam-se notáveis, às vezes edificantes, muitas vezes terríficas”⁴. Nessa linha de reflexão, é essencial destacar que, contraditoriamente, “em geral o capitalismo tem sido visto como emblema do progresso, evolução e modernização, bem como da democracia e cidadania. Mas tem sido visto também como o emblema da decadência, pauperismo e intolerância, bem como da tirania e barbárie. Parece uma fábrica enlouquecida, com a qual se produzem coisas e ilusões, tanto quanto guerras e destruições”.

Quando se fala nas destruições do capitalismo neoliberal e sua ação pós-golpe, necessário se faz lembrar que o processo de sua afirmação no início governo temer até os dias atuais na “conjuntura pós-golpe” é caudatário da década de 90. Esta década significa um marco temporal no que diz respeito ao começo do processo de domínio das políticas macroeconômicas neoliberais no Brasil. A formulação e adoção destas políticas tomam por base um conjunto de recomendações contidas no documento que ficou conhecido como Consenso de Washington, elaborado em 1989.⁵ “Sugerido”

2 BOURDIEU, P. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Russel; Lisboa: DIFEL, 1989, p. 10.

3 *Id. ibid.*

4 IANNI, Otavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização, 2004, p.9.

5 Elaborado pelo economista norte-americano John Williamson, o Consenso de Washington é o resultado (consenso) de uma reunião realizada em novembro de 1989 na capital dos Estados Unidos, com a presença

pelos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial), o Consenso tem caráter de “receituário”, ou seja, não apresentava algo de inovação. E tudo isso porque suas recomendações, compreenda-se ajustes e medidas, já haviam sido (ou estavam sendo) implementadas com “sucesso” em outras nações da América Latina. É incontestável que bem antes, nas décadas de 70 e 80, as políticas neoliberais já dominavam o cenário político-econômico na maioria dos países desenvolvidos, a começar pelos Estados Unidos no governo de Ronald Reagan (1981-1989) e no Reino Unido no governo de Margaret Thatcher (1979-1990)⁶.

De forma genérica e introdutória, poderemos dizer que, em seu conjunto, o Consenso de Washington apresenta as seguintes recomendações: *reforma fiscal, abertura comercial, política de privatizações e redução fiscal do Estado*. A ideia nodal do ideário neoliberal que o Consenso procura transmitir é que, para ocorrer expansão e desenvolvimento, é preciso privatizar tudo, desregularizar tudo, nenhum empecilho legal para a atuação do mercado. Convém lembrar que devido ao grau de dependência imposto pelo capital aos países em desenvolvimento, o termo “recomendações” neste caso, pode ser substituído sem nenhum prejuízo para o entendimento, por “imposição”. De fato, a pouca autonomia político-econômica destes países confere ao conjunto de recomendações do Consenso de Washington o caráter de condição para o acesso a novos empréstimos e cooperação financeira⁷. Nesses termos, as políticas neoliberais do governo Temer destroem a cidadania, à medida que se baseia nos pressupostos do Consenso de Washington, fomentando as reformas comerciais liberalizantes recomendadas pelo Banco Mundial e avalizadas pela Fiesp. Todo esse processo de destruição dos direitos sociais nos obriga a recuperar a máxima do saudoso sociólogo Florestan Fernandes, proferida em livros e conferências: “vivemos numa sociedade civil não civilizada”⁸.

Portanto, retomando as reflexões contidas no título desse editorial, cujo conteúdo traz para a reflexão dos leitores a violência da destruição do Estado e do “apagamento” dos direitos sociais e da cidadania, urge reforçar que, de acordo com Bourdieu, o neoliberalismo se constitui “numa utopia, em vias de realização, de uma exploração sem limites, numa máquina infernal”. Seus programas científicos são convertidos em políticas de ação, que visam criar condições de realização e de funcionamento da teoria, mediante a ruptura global entre economia e realidades sociais. Essa máquina infernal se constitui num programa metódico e planejado de destruição da coletividade, sobretudo pela via da violência estrutural da exclusão e do desemprego, se constituindo, portanto, numa “destruição da civilização”. Em suma, trata-se de um sistema capitalista puramente especulativo, uma economia virtual, pós-moderna, que não democratiza as riquezas e nem cria novos empregos e onde os lucros são “privatizados”, mas os custos são socializados⁹.

de funcionários do governo norte-americano e representantes dos FMI, Banco Mundial e BID. Na pauta, a avaliação das reformas econômicas implementadas nos países da região.

6 VALMORBIDA, Itacir. **A formação política dos docentes da rede Pública de Ensino para além do capital: Primeiras aproximações à luz de uma leitura materialista histórico-dialética**. Dissertação de Mestrado. PPGC, Unochapecó, Dez. 2016.

7 *Idem*.

8 SILVA, Maurício. **Trama Doce-Amarga: exploração (do) trabalho infantil e cultura lúdica**. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 110.

9 CHOMISKY, Noam. **Segredos, mentiras e democracia**. Brasília: EdUNB, 1997, p.27.

É mister lembrar que toda essa plêiade de destruições pode ser cognominada de “desordem mundial” com suas crises, guerras e golpes promovidas pelo velho imperialismo, que se espalha pelo mundo de destruições, sobretudo, a partir da vitória de Donald Trump. Tanto aqui no Brasil, com temer quanto nos Estados Unidos com Trump e alguns países da Europa, tudo conspira para o ódio contra os migrantes, conforme estamos vivenciando; além da militarização da segurança pública e vigilância, guerras terceirizadas, racismo, homofobia e misoginia, hiper-exploração da força humana de trabalho, destruição dos direitos trabalhistas, violência policial, autoritarismo, repressão e criminalização dos movimentos sociais e sindicais, golpes de Estado transvestidos de legais e, aliado a tudo isso, a ingerência nefasta da mídia fascista e golpista. Esta aposta no terrorismo midiático da “sociedade do espetáculo” para difamar sem provas e derrubar as lideranças progressistas brasileiras e da América Latina.

Em contrapartida, vale lembrar que em meio a todo esse quadro de violência (violenta escalada de repressão pós-golpe), fascismo e exceção, se insurge, para além da cultura do medo e do ódio de classe, o levante por direitos e a resistência ativa dos trabalhadores em reação ao governo temer e sua pauta ultraneoliberal, sobretudo contra a reforma da Previdência e reforma Trabalhista (destruição da CLT). Essa resistência está contemplada num dos versos do Rap de Gabriel o Pensador na epígrafe que abre esse editorial, que indica o potencial de inconformismo e resistência dos trabalhadores: *“Agora um grito eu acredito que você vai gritar junto. Chega! Vida de gado, resignado. Chega! Vida de escravo de condenado, A corda no pescoço do patrão e do empregado. Quem trabalha honestamente tá sempre sendo roubado”*.

Essas investidas e ameaças contra os direitos dos trabalhadores se acentuaram em 2016, embora já estivessem desenhadas logo após a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff. No entanto, esse ano foi marcado pela resistência dos estudantes e movimentos sociais e sindicais. Eles lutaram para impedir as injustiças sociais impostas pelo ilegítimo governo temer e os setores mais retrógados da sociedade, no sentido de barrar a aprovação das diversas Emendas (in) constitucionais, medidas provisórias e projetos de Lei que se insurgiram para destruir os direitos sociais conquistados a duras penas pela classe trabalhadora. Todo esse imbróglcio foi seguido e continua sendo na atualidade sob a propaganda mentirosa da mídia corporativa (Rede Globo de televisão e outras), da criminalização dos movimentos sociais, da repressão brutal e covarde das manifestações de resistência a essas medidas ilegais e repressoras. Aliado a tudo isso, o Estado de exceção instituiu uma lei antiterrorismo, os ataques ao direito de greve e de livre manifestação, a violência e intolerância contra negros e negras, LGBT, mulheres, indígenas e populações empobrecidas das periferias das diversas cidades brasileiras; tendo como elemento a legitimidade da mídia burguesa¹⁰.

Todavia, a classe trabalhadora e a juventude, fortaleceram a sua unidade e não se intimidaram diante do recrudescimento conservador do governo ultraliberal do governo temer. Por essas razões, não se pode subestimar a emblemática reação da juventude

10 BOLETIM DO ANDES-SN-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. *Retrospectiva 2016*. Informativo no. 65, Brasília DF, Dezembro, 2016, p. 02.

secundarista, que realizou de maneira corajosa, conseqüente e militante, as ocupações das escolas e universidades, além de se insurgir contra a “Escola sem Partido”, mesmo perante a forte ofensiva de governos estaduais e municipais, do próprio temor e da justiça, se mantiveram firmes na luta contra ações que destroem a educação. Eles, conforme destacamos no editorial da edição passada, se constituíram e, ainda hoje se constituem num poderoso e emblemático polo de resistência e de formação política de milhares de jovens espalhados pelos diversos rincões do Brasil¹¹.

Diante do exposto, nessa edição, priorizamos denunciar o “desmonte do Estado e dos direitos sociais”. Melhor dizendo, da destruição do Estado e do apagamento dos direitos sociais conquistados à duras penas, em suma, do apagamento da cidadania. Estamos nos referindo às reformas da Previdência e Trabalhista. Todos os direitos e conquistas vêm sendo destruídos e apagados com tamanha violência e de tal modo que temos que evocar a música-poema de Zé Ramalho “Eternas Ondas”: *“Quanto tempo temos antes de voltarem aquelas ondas Que vieram como gotas em silêncio tão furioso. Derrubando homens entre outros animais, Devastando a sede desses matagais. Devorando árvores, pensamentos seguindo A linha do que foi escrito pelo mesmo lábio tão furioso. E se teu amigo vento não te procurar É porque multidões ele foi arrastar”*.

No que tange a previdência, não poderíamos deixar de fazer a seguinte pergunta: “Previdência social: reformar ou destruir¹² ou “Reformar para excluir?¹³ Perguntamos também se no Brasil, o objetivo estratégico de um projeto civilizatório não deveria ser: enfrentar as profundas desigualdades sociais históricas; preservar a inclusão social recente vivenciada no Brasil, ainda que de forma provisória e insuficiente, cuja meta foi aprofundar a cidadania assegurada pela Constituição de 1988; ainda nessa direção, combater as brutais desigualdades de renda e, por fim, superar o déficit na oferta de serviços sociais públicos, para universalizar na cidadania social?¹⁴ Na verdade, o que está em jogo é a mudança do modelo de sociedade definitivo pelo pacto social de 1988. Nessa perspectiva, o objetivo é substituir o Estado social pelo Estado mínimo. Vale lembrar que, para além da reforma da Previdência, todo esse processo está sendo programado pelo “novo regime fiscal” que estabeleceu um teto para os gastos primários até 2036; além das vinculações dos recursos para a área social e a ampliação da desvinculação das Receitas da União (DRU). Em suma, um projeto destrutivo que representa um retrocesso nos direitos trabalhistas e sindicais e, aliado a isso, a reforma tributária¹⁵.

No entanto, o que está para ser votado no Congresso Nacional, sob os protestos dos trabalhadores de grande parte da sociedade, é o corte das políticas sociais pelo governo

11 BOLETIM DO ANDES-SN-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Retrospectiva 2016**. Informativo no. 65, Brasília DF, Dezembro, 2016, p. 02.

12 FAGNANI, Eduardo. **Previdência social: reformar ou destruir?** In: JIGINGS, Ivana, CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos GOLPE?** São Paulo: Boi tempo, 2016.

13 FAGNANI, Eduardo. **Reformar para excluir?** Revista LE MONDE DIPLOMATIQUE. Ano 10 No. 115-Fevereiro de 2017, p. 4.

14 FAGNANI, Eduardo. **Previdência social: reformar ou destruir?** In: JIGINGS, Ivana, CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos GOLPE?** São Paulo: Boitempo, 2016.

15 *Idem*.

federal e o ajuste imposto pelos governos estaduais e municipais, os quais vêm cortando salários e previdência dos servidores públicos, espoliando os trabalhadores de seus direitos. Os trabalhadores reagem, protestam e demandam o que conquistaram. Todo esse conflito, engendrado pelo governo golpista, se verifica à luz de sua postura submissa ao rentismo e, conseqüentemente, tem levado ao país a uma verdadeira convulsão social.¹⁶

O que está em pauta no projeto do governo Temer é um processo de crise civilizatória, ético-política, imersa na ordem da reprodução do capital, cujo cotidiano local e global nos leva a viver, de maneira crescente, as mazelas perversas da “sociedade das desigualdades e da devastação”. Nesse sentido, “se o presente desenhar o futuro, estaremos indo para barbárie, para a violência, para a miséria e para a exclusão de populações cada vez maiores, para o colapso ambiental, para os regimes políticos autoritários, repressivos, ou melhor dizendo: fascistas”. Diante desse quadro, precisamos, primeiramente, quebrar os paradigmas atuais e, nessa direção: pensar concretamente numa sociedade “para além do capital”; descolonizar nossa mente no âmbito político; gerar uma nova proposta civilizatória e, por fim, superar o modelo de sociedade organizada para atender às necessidades de acumulação para uma sociedade orientada para atender às necessidades dos seus cidadãos; pensar numa sociedade que supere a gestão privada dos bens públicos (propriedade privada dos meios de produção da vida). Isso tudo, deve ser a teoria e prática de um projeto de uma nova sociedade, onde haja respeito aos direitos humanos e, consecutivamente, a distribuição da riqueza que possa reduzir substancialmente a pobreza e a desigualdade social¹⁷.

Sendo assim, se essa reforma for aprovada, homens e mulheres, rurais e urbanos, trabalhadores privados e servidores públicos, vão ter de comprovar idade mínima de 65 anos e 49 anos de contribuição se quiserem ter acesso à aposentadoria com valor integral. Em outras palavras, significa “morrer trabalhando”, sem direito aos benefícios sociais e, dependente também do processo de reforma trabalhista, ou seja, precarização das relações de trabalho, no que tange à flexibilização do trabalho e a conseqüente escravização dos trabalhadores que ficarão presos à lógica da negociação com os patrões, que nortearão as contrações flexibilizadas pela superexploração da força humana de trabalho.

Se a resistência dos trabalhadores nas greves unificadas não barrarem essas reformas, haverá graves conseqüências, a saber: aumento do universo dos trabalhadores sem proteção, além dos atuais 25 milhões (37,7 % do total); a quebra financeira da Previdência Social, em razão da retração das receitas provenientes das camadas mais empobrecidas da população, intensificada pela fuga das classes mais ricas para a previdência privada¹⁸.

Urge destacar que a reforma da Previdência (PEC 287/2016) vem acompanhada da ideia de um suposto “rombo” ou a “farsa do déficit” na Previdência Social. O déficit

16 CACCIA BRAVA, Silvio. REVISTA LE MONDE DIPLOMATIQUE. **Editorial: Convulsões Sociais**. Março/2017, p. 3.

17 *Idem*.

18 FAGNANI, Eduardo. **Reformar para excluir?** Revista LE MONDE DIPLOMATIQUE. Ano 10 No. 115, Fevereiro/2017, p. 4.

é uma farsa¹⁹; é um déficit inventado, uma vez que a Constituição de 1988 criou o conceito de Seguridade Social, que abrange o SUS, Previdência e Assistência. Entretanto, de acordo com alguns estudiosos, trata-se de um mito, cujo objetivo é fazer uma campanha difamatória e ideológica orientada para “demonizar” a seguridade social, principalmente, a previdência social. Há, nesse sentido, um “vale tudo” para levantar esses recursos, às custas da destruição dos direitos sociais. Na realidade, não há déficit, pois a seguridade social é “superavitária”. Nesses termos, sobram recursos, os quais não são utilizados em finalidades não previstas na Constituição da República e, “assim como ocorria na ditadura, a seguridade social continua a financiar a política econômica”²⁰.

Esse assalto aos direitos sociais vem sendo engendrado pelo governo golpista de temer e seus aliados, que rasgam a Constituição de 1988. Para tanto, esforçam-se para “comprovar” a inviabilidade financeira da previdência, com único fim de justificar nova etapa de retrocesso dos direitos sociais e trabalhistas²¹.

No âmbito desses retrocessos, convém salientar as possíveis consequências e os efeitos dessas reformas (previdenciária e trabalhista), conforme os pontos a seguir: **Reforma da Previdência:** estabelece a idade mínima para aposentadoria de 65 anos para homens e mulheres; aumenta o tempo mínimo de contribuição de 15 para 20 anos; para ter direito a 100% da aposentadoria (valor integral), serão necessários 49 anos de contribuição; para se aposentar integralmente e com idade mínima de 65 anos, o trabalhador terá de começar a trabalhar formalmente aos 16 anos, sem interrupções na contribuição; para cada aumento de um ano na expectativa de sobrevida do brasileiro, a idade mínima para aposentadoria subirá um ano; os servidores públicos passarão a fazer parte do sistema geral da Previdência (exceto os militares, que provocam o maior déficit na previdência do serviço público, mas ficam de fora da proposta de reforma!); a alíquota de contribuição dos servidores públicos federais passará de 11% para 14% (porém não aumenta a dos militares, que é hoje de 7,5%); as pensões por morte passarão a ser de 50% do valor do benefício pago pelo contribuinte falecido com um adicional de 10% para cada dependente; a aposentadoria será limitada ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); os benefícios assistenciais, como para pessoas com deficiência física, deixarão de ser vinculados ao reajuste do salário mínimo e passarão a ser reajustados pela inflação²².

19 Não é por acaso que todas as tentativas de instaurar uma auditoria autônoma e cidadã da alegada “dívida” da Previdência pública foram rechaçadas pelo governo, porque ela iria demonstrar que a Seguridade Social, da qual a Previdência é parte, é superavitária; mostraria também os desvios, a sonegação e as isenções criminosas dadas a empresários e políticos ao longo dos anos. Além do que, a “privatização forçada” da Previdência é a fatia que falta ao ávido mercado financeiro! (ver: <http://carosamigos.com.br/index.php/economia/6971-o-mitido-deficit-da-previdencia-a-fatia-que-faltava-para-o-mercado-financeiro>).

20 FAGNANI, Eduardo. **Previdência social: reformar ou destruir?** In: JIGINGS, Ivana, CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos GOLPE?** São Paulo: Boitempo, 2016., p. 88-89.

21 FAGNANI, Eduardo. **Reformar para excluir?** Revista LE MONDE DIPLOMATIQUE. Ano 10 No. 115-Fevereiro de 2017, p. 4. INFORMANDES, informativo no. 66. Brasília/DEF, Janeiro de 2017.

22 FAGNANI, Eduardo. **Reformar para excluir?** Revista LE MONDE DIPLOMATIQUE. Ano 10 No. 115-Fevereiro de 2017, p. 4.
Ver também: INFORMANDES, informativo no. 66. Brasília/DEF, Janeiro de 2017. *INFORATIVO ANDES UFSC*, fevereiro de 2017, Edição 23 p. 02.

Em relação à **Reforma trabalhista**: o negociado valerá sobre o legislado, isto é, as negociações coletivas poderão se sobrepor à legislação trabalhista; será permitida jornada de trabalho de 220 horas mensais e de até 12 horas diárias; o intervalo dentro da jornada de trabalho poderá ser de apenas 30 minutos; as férias poderão ser divididas em até três períodos; a remuneração poderá ser por produtividade²³. E aqui fica a “moral da história”: estaremos condenados a “morrer de trabalhar”, sem direitos, sem “tempo livre”, ou seja, na pura escravidão, nas mãos da relação capital e trabalho do Estado Mínimo, nas mãos do patronato e dos políticos conservadores e neoliberais ávidos por acumulação de capital e inimigos da classe trabalhadora historicamente empobrecida!

Com a presente edição, de número 50, mais que um simbolismo do número, a Motrivivência experimenta “na carne” aquilo que já se vem alertando há algum tempo²⁴: de um lado, a crise econômica decorrente de todo o processo criado para tentar justificar o golpe jurídico-parlamentar-midiático - cuja “solução temer” obviamente, por ilegítima, não se concretizou - chegou aos setores públicos, como os ministérios, as universidades e as agências de fomento e, por extensão, aos periódicos científicos. Nesse sentido, a sobrevivência financeira, que já era difícil, tornou-se ainda mais crítica, oferecendo riscos reais à regularidade/periodicidade das publicações e até mesmo à sua continuidade nos termos atuais!

De outro, associada a esse encolhimento dos investimentos públicos, a permanência e, por conseguinte, a agudização da lógica da política de financiamento de órgãos como CAPES e CNPq, que privilegia as revistas já consolidadas e não oferece qualquer oportunidade de ascensão àquelas que ainda não estão suficientemente indexadas (tirando delas até mesmo a oportunidade de participar de editais de apoio editorial), constitui-se num funil injusto e que poderá levar ao colapso a própria pós-graduação: por exemplo, no momento, além dos textos aqui publicados, temos mais de 30 outros, já aprovados, todos eles, repetimos, todos eles com autores ou coautores envolvidos em programas de pós-graduação. A interrupção da publicação da revista repercutiria/á diretamente nos (re) credenciamentos desses docentes, na manutenção das bolsas de estudos de mestrandos e doutorandos e na avaliação dos próprios programas!

23 FAGNANI, Eduardo. **Reformar para excluir?** Revista LE MONDE DIPLOMATIQUE. Ano 10 No. 115-Fevereiro de 2017, p. 4. INFORMANDES, informativo no. 66. Brasília/DEF, Janeiro de 2017. INFORMANDES, informativo no. 66. Brasília/DEF, Janeiro de 2017. *INFORATIVO ANDES UFSC*, fevereiro de 2017, Edição 23 p. 02.

24 Ver, p.ex.: SILVA, Maurício R.; PIRES, Giovanni L. Motrivivência, 25: registros de uma trajetória, perspectivas de continuidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.36, n.4, p. 780-89, out-dez./2014. Disponível em: <http://rbceonline.org.br/pt/motrivivencia-25-registros-uma-trajetoria/articulo/S0101328914000134/>

_____. A pós-graduação, a CAPES e os periódicos científicos (Editorial). **Motrivivência**, Florianópolis, ano XXIV, n.39, p.07-13, dez./2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2012v24n39p7>.

Por tudo isso, 2017 será um ano de travessia para periódicos como a Motrivivência. Faremos todo o possível para preservar nosso projeto, mantido com muito esforço pelo trabalho coletivo de inúmeros colaboradores voluntários e o apoio dos autores que nos confiam suas produções. Mas não descartamos, infelizmente, que os problemas elencados acima impossibilitem a continuidade dessa política editorial.

Sobre a capa da presente edição, optamos por destacar o trabalho de um dos principais grafiteiros do Brasil, Eduardo Kobra²⁵. Sua obra, numa parede da loja FNAC, em São Paulo, sobreviveu até agora à sanha destrutiva do prefeito tucano Dória, que pretende “acinzentar” a cidade e, com isso, tentar apagar o apoio da gestão Haddad às manifestações artísticas populares²⁶, assim como o governo do golpe tenta “apagar” direitos sociais e trabalhistas.

A localização desse grafite também carrega uma carga expressiva: recentemente, informações ainda não confirmadas dão conta da iminente saída do país das livrarias francesas FNAC. Se isso vier a acontecer, nada garante que o Chico Buarque de Holanda e o Ariano Suassuna retratados na obra de Kobra permanecerão ali, a embelezar as ruas do bairro de Pinheiros, em São Paulo.

Num país em que livrarias e editoras (como a Cosac Naify) encerram suas atividades e fecham suas lojas; em que a arte popular como os grafites são soterrados pelo cinza típico de sombrios tempos fascistas; e que artistas do campo democrático como Chico Buarque e Ariano Suassuna, assim como tantos outros, são ofendidos por canalhas, como os membros de um tal MBL, apoiado por partidos da direita reacionária como PSDB e DEM; enfim, nesses tempos difíceis, produzir e fazer circular cultura e conhecimento são atos de indispensável resistência político-cultural.

Seguindo nossa meta de homenagearmos a cada edição um dos membros da comissão científica da Motrivivência, dessa vez celebramos a trajetória acadêmica da professora Ana Marcia Silva, da Universidade Federal de Goiás. Ana Marcia integra nosso conselho desde 2001 e as notas biográficas da homenagem a ela foram produzidas por dois colegas que foram seus orientandos de doutorado, a professora Ana Paula Salles, da UFG, e o professor Francisco Medeiros, da UFSC, a quem agradecemos a colaboração generosa.

Por fim, nos resta agradecer mais uma vez aos colegas da comissão editorial que, voluntariamente, tem garantido o cotidiano da revista; aos avaliadores, cujo trabalho qualificado garante a seriedade do nosso projeto; aos autores dessa edição, que permitem que mantenhamos nosso compromisso de veicular a boa produção da área; e aos leitores que, embora em tempos de produtividade capesiana possam não parecer relevantes, mas são a real razão da existência de periódicos científicos.

Para encerrar, destacamos uma passagem da música de Gonzaguinha “Pequena memória de um tempo sem memória”, considerando a relevância desses conteúdos para refletir/fazer a resistência contra as reformas excludentes (Previdência e Trabalhistas e

25 Disponível no blog <https://lisasatomi.com/2015/05/26/the-captivating-street-art-of-eduardo-kobra/>

26 Os versos de Marisa Monte (da música *Gentileza*) que acompanham a imagem da obra de Eduardo Kobra em nossa capa referem-se ao artista de rua carioca Profeta Gentileza, também perseguido pelas suas mensagens em espaços urbanos da cidade do Rio de Janeiro, e contribuem para demonstrar como são recorrentes as tentativas governamentais de apagamento da arte popular.

outras) que solapam a democracia e, com a destruição desta, os direitos e a cidadania dos trabalhadores brasileiros. “Vamos à luta”!

*“São vidas que alimentam nosso fogo da esperança
O grito da batalha
Quem espera, nunca alcança
Ê, quando o Sol nascer
É que eu quero ver quem se lembrará
Ê ê, quando amanhecer
É que eu quero ver quem recordará
Ê ê, não quero esquecer
Essa legião que se entregou por um novo dia
Ê eu quero é cantar essa mão tão calejada
Que nos deu tanta alegria
E vamos à luta.
(Grifos nossos)*

Florianópolis, abril/2017.

Maurício Roberto da Silva
Giovani De Lorenzi Pires
Rogério Santos Pereira
Editores